

**Regime Próprio de
Previdência do Município de
São José do Rio Preto -
RIOPRETOPREV**

**Demonstrações contábeis referentes ao
exercício findo em 31 de dezembro de 2018
e relatório dos auditores independentes**

Award Auditores Independentes

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos diretores do

Regime Próprio de Previdência do Município de São José do Rio Preto - RIOPRETOPREV
São José do Rio Preto - SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis do Regime Próprio de Previdência do Município de São José do Rio Preto - RIOPRETOPREV (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado (variações patrimoniais), o balanço financeiro e o balanço orçamentário para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Regime Próprio de Previdência do Município de São José do Rio Preto - RIOPRETOPREV em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância às previstas na Lei 4.320/64 e regulamentação do Ministério da Previdência Social.

Base para opinião com ressalva

Conforme nota explicativa nº 3.1, o Município de São José do Rio Preto editou a Lei Complementar 545 de 6 de setembro de 2017, que transfere o direito de recebimento de créditos judiciais do IPESP – Instituto de Previdência do Estado de São Paulo. Este processo teve seu trânsito julgado e está em processo de habilitação para o recebimento de precatórios. Devido a natureza do processo e por tratar-se de recebimento futuro de outra autarquia, não é possível concluir acerca da necessidade ou não de correção monetária dos valores, ajuste a valor presente ou provisão para deságio do valor registrado de R\$ 155.700 mil.

Conforme comentado na nota explicativa nº 5.1, os dados utilizados para o registro dos ajustes do passivo atuarial no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, são relacionados ao exercício social imediatamente anterior. Este procedimento é utilizado pela administração da Entidade por entender que a portaria 403/2008 em seu artigo 14 o prevê. Entretanto, conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil para entidades públicas, o passivo deve ser reconhecido pelo regime de competência. Assim sendo, não nos foi possível por meio de outros procedimentos, concluir acerca da necessidade ou não de complemento do saldo registrado como passivo atuarial de R\$ 564.940 mil.

14 de março de 2019

Regime Próprio de Previdência do Município de São José do Rio Preto - RIOPRETOPREV

A Entidade figura como requerida em diversas ações judiciais demandadas por participantes, postulando principalmente a obtenção de redução, isenção ou devolução de contribuições, revisão de aposentadorias, concessão de pensões, incorporação de vantagens, entre outras demandas. Entretanto não foi registrada contabilmente a provisão para fazer frente às perdas decorrentes de decisões desfavoráveis ou com provável possibilidade de perda. Em razão dos assessores jurídicos da Entidade não terem mensurado em 31 de dezembro de 2018, os montantes envolvidos atualizados das referidas demandas, que de acordo com esses assessores jurídicos, em sua maioria impactam o fundo financeiro, não foi possível a aplicação de procedimentos obrigatórios e alternativos de auditoria visando a validação dos critérios aplicados pela administração para o não registro de qualquer valor, a título de provisão para passivos eventuais em discussão judicial.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outros assuntos

Ênfase

Sem ressaltar nossa opinião, chamamos a atenção para que em 31 de dezembro de 2018, a Entidade possui R\$ 91.192 mil relacionado a imóveis recebidos da Prefeitura do Município de São José do Rio Preto para fazer frente a alíquota suplementar instituída pela Lei Complementar 396/2013. Estes imóveis são avaliados por meio de laudo, entretanto a realização efetiva pelo montante registrado e sua liquidez dependerão das condições de mercado no momento da alienação.

Demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2017

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram anteriormente auditadas por outros auditores independentes que emitiram o relatório dos auditores independentes datado em 5 de março de 2018, sem ressalvas.

14 de março de 2019

Regime Próprio de Previdência do Município de São José do Rio Preto - RIOPRETOPREV

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

14 de março de 2019

Regime Próprio de Previdência do Município de São José do Rio Preto - RIOPRETOPREV


- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São José do Rio Preto, 14 de março de 2019.



Award Auditores
Independentes S/S
CRC 2SP029373/O-2


Norbel Alcantara da Silva Júnior
Sócio
Contador CRC 1SP216778/O-1

Balanco Financeiro
Exercicio de 2018

| RECEITA | | | DESPESA | | |
|---|----------------|----------------|---|----------------|----------------|
| TÍTULOS | VALOR | | TÍTULOS | VALOR | |
| RECEITA ORÇAMENTÁRIA | | | DESPESA ORÇAMENTÁRIA | | |
| Ordinária | | | Ordinária | | |
| Vinculada | | | Vinculada | | |
| Alienação de Bens | | | Alienação de Bens | | |
| Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE | | | Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE | | |
| Royalties da Exploração do Petróleo e Gás Natural | | | Educação | | |
| Educação | | | Saúde | | |
| Saúde | | | Trânsito | | |
| Trânsito | | | Assistência Social | | |
| Assistência Social | | | Regime Próprio de Previdência | 116.114.926,74 | |
| Regime Próprio de Previdência | 101.135.769,71 | | Convênio com Recursos Ordinários | | 116.114.926,74 |
| Convênio com Recursos Ordinários | | | TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS | | |
| (-) Deduções da Receita Orçamentária | | 101.135.769,71 | PAGAMENTOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS | | |
| TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS | | | RESTOS A PAGAR | | |
| RECEBIMENTOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS | | | Liquidados no Período | | |
| RESTOS A PAGAR | | | SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR | | |
| Inscritos no Período | 152.472,38 | | Liquidados no Período | | |
| SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR | | | DEPÓSITOS | | |
| Inscritos no Período | | | Restituições no Período | 20.778.338,62 | |
| DEPÓSITOS | | | OUTRAS MOVIMENTÇÕES EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS | | |
| Recebidos no Período | 20.778.135,29 | | Conforme Anexo 13-A | 347.354.996,60 | 368.133.335,22 |
| OUTRAS MOVIMENTÇÕES EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS | | | SALDO EM ESPÉCIE P/ O EXERCÍCIO ANTERIOR | | |
| Conforme Anexo 13-A | 367.590.313,92 | 388.520.921,59 | DISPONÍVEL | | |
| SALDO EM ESPÉCIE DO EXERCÍCIO ANTERIOR | | | DISPONÍVEL EM MOEDA NACIONAL | | |
| DISPONÍVEL | | | Caixa | | |
| DISPONÍVEL EM MOEDA NACIONAL | | | Bancos c/ Movimento | | |
| Caixa | | | Aplicações Financeiras | | |
| Bancos c/ Movimento | | | Aplicações Financeiras - RPPS | 330.627.398,21 | 330.627.398,21 |
| Aplicações Financeiras | | | | | |
| Aplicações Financeiras - RPPS | 325.218.968,87 | 325.218.968,87 | | | |
| TOTAL | | 814.875.660,17 | TOTAL | | 814.875.660,17 |

Anexo 12

Balço Orçamentário

Exercício de 2018

| RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS (b) | SALDO (c = b - a) |
|---|-----------------------|-------------------------|-------------------------|----------------------|
| RECEITAS CORRENTES | 103.933.000,00 | 103.933.000,00 | 101.135.769,71 | -2.797.230,29 |
| CONTRIBUIÇÕES | 100.916.100,00 | 100.916.100,00 | 99.105.646,11 | -1.810.453,89 |
| Contribuições Sociais | 100.916.100,00 | 100.916.100,00 | 99.105.646,11 | -1.810.453,89 |
| RECEITA PATRIMONIAL | 1.418.000,00 | 1.418.000,00 | 581.432,80 | -836.567,20 |
| Exploração Do Patrimônio Imobiliário Do Estado | 1.020.000,00 | 1.020.000,00 | 512.000,00 | -508.000,00 |
| Valores Mobiliários | 398.000,00 | 398.000,00 | 69.432,80 | -328.567,20 |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 1.598.900,00 | 1.598.900,00 | 1.448.690,80 | -150.209,20 |
| Indenizações, Restituições E Ressarcimentos | 91.000,00 | 91.000,00 | 18.530,52 | -72.469,48 |
| Demais Receitas Correntes | 1.507.900,00 | 1.507.900,00 | 1.430.160,28 | -77.739,72 |
| SUBTOTAL DAS RECEITAS (I) | 103.933.000,00 | 103.933.000,00 | 101.135.769,71 | -2.797.230,29 |
| REFINANCIAMENTO (II) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Mobiliária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Contratual | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Mobiliária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Contratual | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (III) = (I+II) | 103.933.000,00 | 103.933.000,00 | 101.135.769,71 | -2.797.230,29 |
| DÉFICIT (IV) | | 19.520.000,00 | 14.979.157,03 | |
| TOTAL (V) = (III + IV) | 103.933.000,00 | 123.453.000,00 | 116.114.926,74 | |
| SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADO PARA CRÉDITOS ADICIONAIS) | 19.520.000,00 | | | |
| Superávit Financeiro | 19.520.000,00 | | | |
| Reabertura de créditos adicionais | 0,00 | | | |

Anexo 12

Balço Orçamentário

Exercício de 2018

| DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS | DOTAÇÃO INICIAL (d) | DOTAÇÃO ATUALIZADA (e) | DESPESAS EMPENHADAS (f) | DESPESAS LIQUIDADAS (g) | DESPESAS PAGAS (h) | SALDO DA DOTAÇÃO (i = e - f) |
|---|-----------------------|------------------------|-------------------------|-------------------------|-----------------------|------------------------------|
| DESPESAS CORRENTES | 102.846.300,00 | 122.366.300,00 | 116.110.007,74 | 115.991.593,77 | 115.958.655,36 | 6.256.292,26 |
| Pessoal E Encargos Sociais | 100.378.000,00 | 119.848.000,00 | 114.272.488,20 | 114.268.884,03 | 114.268.884,03 | 5.575.511,80 |
| Outras Despesas Correntes | 2.468.300,00 | 2.518.300,00 | 1.837.519,54 | 1.722.709,74 | 1.689.771,33 | 680.780,46 |
| DESPESAS DE CAPITAL | 80.000,00 | 80.000,00 | 4.919,00 | 4.919,00 | 3.799,00 | 75.081,00 |
| Investimentos | 80.000,00 | 80.000,00 | 4.919,00 | 4.919,00 | 3.799,00 | 75.081,00 |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA | 1.006.700,00 | 1.006.700,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.006.700,00 |
| Reserva De Contingencia | 1.006.700,00 | 1.006.700,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.006.700,00 |
| SUBTOTAL DAS DESPESAS (VI) | 103.933.000,00 | 123.453.000,00 | 116.114.926,74 | 115.996.512,77 | 115.962.454,36 | 7.338.073,26 |
| AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/ REFINANCIAMENTO (VII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VIII) = (VI) + (VII) | 103.933.000,00 | 123.453.000,00 | 116.114.926,74 | 115.996.512,77 | 115.962.454,36 | 7.338.073,26 |
| SUPERÁVIT (IX) | | | | | | |
| TOTAL (X) = (VIII + IX) | 103.933.000,00 | 123.453.000,00 | 116.114.926,74 | 115.996.512,77 | 115.962.454,36 | |

ANEXO 14

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício de 2018

| ATIVO | | | PASSIVO | | |
|--|-----------------|--------------------|--|-----------------|--------------------|
| ESPECIFICAÇÃO | Exercício Atual | Exercício Anterior | ESPECIFICAÇÃO | Exercício Atual | Exercício Anterior |
| ATIVO | 577.689.924,74 | 564.942.706,74 | PASSIVO | 577.689.924,74 | 564.942.706,74 |
| ATIVO CIRCULANTE | 330.629.353,19 | 325.220.736,87 | PASSIVO CIRCULANTE | 2.369.685,54 | 631.618,64 |
| Demais Créditos e Valores a Curto Prazo | 1.954,98 | 1.768,00 | Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo | 2.332.059,31 | 613.572,73 |
| Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo | 330.627.398,21 | 325.218.968,87 | Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo | 34.058,41 | 14.274,76 |
| ATIVO NÃO-CIRCULANTE | 247.060.571,55 | 239.721.969,87 | Demais Obrigações a Curto Prazo | 3.567,82 | 3.771,15 |
| Ativo Realizável a Longo Prazo | 155.709.275,24 | 155.709.275,24 | PASSIVO NÃO-CIRCULANTE | 672.907.417,25 | 526.166.694,81 |
| Demais Créditos e Valores a Longo Prazo | 155.709.275,24 | 155.709.275,24 | Provisões a Longo Prazo | 564.940.042,06 | 366.732.265,93 |
| Investimentos | 91.191.878,80 | 83.833.296,75 | Demais Obrigações a Longo Prazo | 0,00 | 3.725.153,64 |
| Investimentos do RPPS de Longo Prazo | 91.191.878,80 | 83.833.296,75 | Resultado Diferido | 107.967.375,19 | 155.709.275,24 |
| Aplicação em Segmento de Imóveis | 91.191.878,80 | 83.833.296,75 | PATRIMÔNIO LÍQUIDO | -97.587.178,05 | 38.144.393,29 |
| Imobilizado | 159.417,51 | 179.397,88 | Patrimônio Social e Capital Social | 0,00 | -608.740.862,62 |
| Bens Móveis | 229.217,60 | 224.298,60 | Resultados Acumulados | -97.587.178,05 | 646.885.255,91 |
| (-) Depreciação Acumulada | -69.800,09 | -44.900,72 | Resultado do Exercício | -135.731.571,34 | 29.232.513,16 |
| | | | Resultado de Exercícios Anteriores | 38.333.152,75 | 617.841.502,21 |
| | | | Ajustes de Exercícios Anteriores | -188.759,46 | -188.759,46 |
| ATIVO FINANCEIRO | 330.629.353,19 | 325.220.736,87 | PASSIVO FINANCEIRO | 274.454,17 | 122.685,23 |
| ATIVO PERMANENTE | 247.060.571,55 | 239.721.969,87 | PASSIVO PERMANENTE | 675.239.476,56 | 526.780.267,54 |
| SALDO PATRIMONIAL | -97.824.005,99 | 0,00 | SALDO PATRIMONIAL | 0,00 | 38.039.753,97 |

| <u>Compensações</u> | | | | | |
|---------------------|-----------------|--------------------|---------------|-----------------|--------------------|
| ESPECIFICAÇÃO | Exercício Atual | Exercício Anterior | ESPECIFICAÇÃO | Exercício Atual | Exercício Anterior |
| | | | | | |

ANEXO 15

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Exercício de 2018

| | Exercício Atual | Exercício Anterior | | Exercício Atual | Exercício Anterior |
|---|-----------------------|-----------------------|--|-----------------------|-----------------------|
| VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS | 268.783.444,72 | 425.956.769,77 | VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS | 404.515.016,06 | 396.724.256,61 |
| CONTRIBUIÇÕES | 99.105.646,11 | 95.234.209,58 | PESSOAL E ENCARGOS | 2.287.844,64 | 2.011.695,44 |
| Contribuições Sociais | 99.105.646,11 | 95.234.209,58 | Remuneração A Pessoal | 2.020.742,42 | 1.748.784,47 |
| VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS | 43.402.487,54 | 46.380.632,76 | Encargos Patronais | 267.102,22 | 230.691,67 |
| Remuneração De Depósitos Bancários E Aplicações Financeiras | 43.402.487,54 | 46.380.632,76 | Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal E Encargos | 0,00 | 32.219,30 |
| VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS | 7.358.582,05 | 0,00 | BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS | 113.702.939,81 | 92.199.723,97 |
| Reavaliação De Ativos | 7.358.582,05 | 0,00 | Aposentadorias E Reformas | 97.640.581,26 | 77.940.567,39 |
| OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS | 118.916.729,02 | 284.341.927,43 | Pensões | 10.692.321,77 | 9.425.118,73 |
| Reversão De Provisões E Ajustes De Perdas | 65.488.984,53 | 250.530.496,68 | Outros Benefícios Previdenciários E Assistenciais | 5.370.036,78 | 4.834.037,85 |
| Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas | 53.427.744,49 | 33.811.430,75 | USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO | 816.316,20 | 811.586,10 |
| | | | Uso De Material De Consumo | 30.378,04 | 54.645,06 |
| | | | Serviços | 761.038,79 | 731.996,57 |
| | | | Depreciação, Amortização E Exaustão | 24.899,37 | 24.944,47 |
| | | | DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS | 22.995.998,71 | 14.277.016,80 |
| | | | Reavaliação, Redução A Valor Recuperável E Ajuste Para Perdas | 22.995.998,71 | 14.276.339,21 |
| | | | Desincorporação De Ativos | 0,00 | 677,59 |
| | | | TRIBUTARIAS | 1.015.156,04 | 981.552,29 |
| | | | Contribuições | 1.015.156,04 | 981.552,29 |
| | | | OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS | 263.696.760,66 | 286.442.682,01 |
| | | | Vpd De Constituição De Provisões | 263.696.760,66 | 286.442.682,01 |

Resultado Patrimonial do Período: -135.731.571,34 29.232.513,16

| VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS | Exercício Atual | Exercício Anterior |
|-------------------------------------|-----------------|--------------------|
| Incorporação de ativo | 4.919,00 | 36.355,60 |
| Desincorporação de passivo | 0,00 | 0,00 |
| Incorporação de passivo | 0,00 | 0,00 |
| Desincorporação de ativo | 0,00 | 0,00 |

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – ESTADO DE SÃO PAULO – RIOPRETOPREV, ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Criado pela Lei Complementar Municipal nº 139 de 28/12/2001, com as alterações introduzidas pelas L.C. nº 197/04; nº 203/05; nº 216/05 e nº 364/12 e nº 566/2018
De conformidade com a legislação mencionada são Órgãos de entidade:

Conselho Municipal de Previdência
Conselho Fiscal
Diretoria
Comitê de Investimentos

1 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis e financeiras foram elaboradas de conformidade com a Lei 6404/76, Lei 4.320/64, Lei 12.101/09 e Decreto nº 8.242 de 23/05/2014, obedecendo aos Princípios Fundamentais de Contabilidade, bem como as Normas Brasileiras de Contabilidade e suas Interpretações Técnicas e Comunicados Técnicos, editados pelo Conselho Federal de Contabilidade, com utilização do PCASP – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público e DCASP – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público.

1.1 – Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras com vencimento futuro, tiveram seus rendimentos apropriados pelo regime de competência, apurados para o exercício em curso

2 – ATIVO CIRCULANTE

2.1 - Tesouraria

A entidade trata devidamente dos seus registros, possuindo cópias dos mesmos, para recuperação em caso de eventual sinistro.

Todos os documentos da Tesouraria foram arquivados corretamente, sendo que existem comprovantes do fornecimento do material/ou serviço, documento fiscal e outros, sendo fácil a comprovação da sua legalidade.

2.2 – Caixa

A entidade não possui valor mínimo em caixa, sendo que a sua movimentação financeira é feita por meios bancários.



2.3 - Bancos conta movimento

A movimentação financeira da entidade é feita por meios bancários em conta do Banco do Brasil S/A – (Agencia 57-4 conta 20242-8) e na Caixa econômica Federal (Agencia 0631 – conta 006 - 440-5) com aplicação e resgates automáticos no Fundo Caixa Brasil Disponibilidades e Fundo BB Previdenciário RF Fluxo FIC, portanto, não havia saldo nestas contas correntes em 31/12/2018.

2.4 – Investimentos

Em 31/12/2018 os Investimentos totalizam **R\$.421.819.277,01** que estão divididos entre aplicações em Fundos e Imóveis

FUNDOS

O valor aplicado em fundos é de R\$. 330.627.398,21, investidos da seguinte forma:

| Instituição Financeira | Saldo em 31/12/2016 |
|--|-----------------------|
| BANCO DO BRASIL S/A – conta 20242-8 | 83.149.477,14 |
| BANCO SANTANDER BRASIL S/A- conta 2-4 | 13.262.658,20 |
| CAIXA ECONOMICA FEDERAL – conta 47952-0 – projeto prepare-se | 1.261,55 |
| CAIXA ECONOMICA FEDERAL – conta 440-5 | 128.387.836,06 |
| CAIXA ECONOMICA FEDERAL – conta 669-6 - COMPREV | 19.414.110,13 |
| BANCO BRADESCO S/A – conta 45100-2 | 51.279.208,12 |
| BANCO BRADESCO S/A – conta 586280-9 - XP INVESTOR FIA | 3.087.605,45 |
| BANCO BRADESCO S/A – C/ 651919-9 - XP DIVIDENDOS FIA | 1.960.830,25 |
| BANCO SAFRA S/A – CONTA 5657-4 | 3.077.567,36 |
| BANCO CITIBANK – Conta 3484559-3 - FUNDOS WESTERN | 26.225.623,36 |
| FUNDO KINEA PRIVATE EQUITY IV FEEDER INSTIT I FIP MULTISTRATEGIA | 781.220,59 |
| TOTAL DOS INVESTIMENTOS EM FUNDOS | 330.627.398,21 |

IMÓVEIS

Houve no exercício a reavaliação dos imóveis no valor de R\$.7.358.582,05, totalizando R\$.91.191.878,80. Os imóveis existentes e os incorporados foram reavaliados por comissão competente que emitiu laudo de valorização no período de 2018, conforme mencionado no quadro abaixo:

| Tipo de Bem | Valor em 31/12/2017 | Reavaliação no exercício | Valor final 2018 |
|-------------|---------------------|--------------------------|------------------|
| IMÓVEIS | 83.833.296,75 | 7.358.582,05 | 91.191.878,80 |

TOTAL DOS INVESTIMENTOS 421.819.277,01

3 – ATIVO REALIZAVEL A LONGO

3.1 – Demais Créditos e Valores a Longo Prazo

Repasso de direitos creditórios por parte da prefeitura para pagamento da alíquota suplementar

O Município de São José do Rio Preto entrou com ação para ressarcimento de créditos pagos indevidamente no período de 1962 a 1998, que originou o processo 0037985-46.2008.26.0576 contra o IPESP – Instituto e Previdência do Estado de São Paulo. Em 23 de agosto de 2012, foi emitido laudo por perito nomeado pelo Tribunal de Justiça para efetuar os devidos cálculos do crédito. O laudo demonstrou nesta data saldo de R\$73.319.200,80. Em 25 de março de 2014, foi julgado recurso do processo e pelo acórdão com voto 29149, bem como registro 2014.0000183943, deu parcial provimento aos recursos da Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto. Este recurso foi movido em conjunto com a RIOPRETOPREV devido a ter sido a sucessora do plano de previdência do município por meio de Regime próprio.

Em 31 de julho de 2017, foi apresentada nova atualização de valores por meio de laudo de perito nomeado pelo Tribunal de Justiça com o trânsito em julgado. O valor considerado foi de R\$ 155.709.227,80.

Em 6 de setembro de 2017 foi editada a Lei Complementar 545 do Município de São José do Rio Preto em que este passa a custear a partir do exercício de 2018, contribuição suplementar estabelecida pela Lei 396/2013 e alterada pela Lei 532/2017. Assim, o Município por meio da Lei, transferiu à RIOPRETOPREV os direitos sobre os créditos oriundos do processo em questão pelo valor do laudo apresentado em 31 de julho de 2017. A execução judicial está representada pelo processo 0021416-52.2017.8.26.0576.

Adicionalmente, esta Lei altera o parágrafo 3º do artigo da Lei 396/2013 para:

“a contribuição suplementar prevista na tabela do caput deste artigo poderá ocorrer mediante a transferência de bens móveis ou imóveis, direitos e demais ativos de qualquer natureza, inclusive créditos provenientes de ação judicial ou inseridos na dívida ativa municipal, de titularidade do Município ao Regime Próprio de Previdência de São José do Rio Preto, que se tornem viáveis ao alcance da finalidade prevista nesta Lei complementar, desde que garantidas a solvência e liquidez em prazo compatível com as obrigações do plano de benefícios.”

Esta Lei Complementar do Município está respaldada pelo artigo 249 da Constituição Federal da República Federativa do Brasil, que também é remetido pela Portaria nº 403/08 do Ministério da Previdência Social em seu parágrafo 3º.

Então, em 27 de novembro de 2017 o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, por meio de decisão, homologou os cálculos supramencionados. Houve assim a autorização da habilitação para precatórios. A Entidade está em processo de execução e os efetivos ajustes a serem consignados nas demonstrações contábeis dependem da finalização dos



procedimentos e recebimento dos valores. A Entidade decidiu por reconhecer o valor informado na decisão judicial de R\$ 155.709.227,80. Assim sendo, não efetuou qualquer atualização monetária do período da emissão do laudo de 31 de julho de 2017 até o encerramento do exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.

4 - ATIVO PERMANENTE

4.1 – Bens Patrimoniais

Os bens patrimoniais foram contabilizados pelo seu valor de aquisição, sendo que a entidade procedeu sua atualização a valor corrente e a devida depreciação, apresentando o valor de R\$.159.417,51.

| Tipo de Bem | Valor em 31/12/2017 | Valor Incorporado em 2018 | Depreciação e Reavaliação em 2018 | Valor final 2018 |
|-------------|---------------------|---------------------------|-----------------------------------|------------------|
| MÓVEIS | 179.397,88 | 4.919,00 | (-) 69.800,09 | 159.417,51 |

4 – PASSIVO CIRCULANTE

4.1 – Obrigações trabalhistas/ Previdenciárias/ Assistenciais

O valor de R\$. 2.369.685,54, constante da presente conta, refere-se a provisão de férias dos servidores e precatórios no valor de 2.164.209,50, ambos exigíveis no exercício de 2019.

4.2 – Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

O valor de R\$.34.058,41, constante da presente conta, refere-se a débitos com fornecedores com vencimento no ano de 2019.

Demais Obrigações a Curto Prazo

As obrigações a curto prazo no valor de R\$.3.567,82, referem-se a valores de terceiros retidos em 2018 a repassar no ano de 2019

5 - PASSIVO NÃO CIRCULANTE

5.1 – Provisões a Longo Prazo

O valor de R\$. 564.940.042,06 constante da presente conta, trata-se do resultado das Reservas Matemáticas a longo prazo, cujos índices são obtidos por meio da avaliação atuarial anual em conformidade com o artigo 14 da Portaria MPS 403/2008 e suas alterações.

Conforme definido pelo artigo 14 da portaria 403/208 do Ministério da Previdência Social, a Entidade efetua o registro dos ajustes do passivo atuarial por meio laudo e os dados cadastrais utilizados são do exercício social imediatamente anterior. Assim, a data-base do laudo do passivo atuarial do saldo registrado em 31 de dezembro de 2018 é referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017.

| | |
|---|---------------------------|
| Plano Previdenciário – Provisão de Benefícios Concedidos | 1.062.377.898,03 |
| Aposentadorias/pensões/outros benefícios concedidos do Plano Previdenciário | 1.110.851.222,31 |
| Contribuições do Aposentado para o Plano Previdenciário | (33.526.653,71) |
| Contribuições dos Pensionistas para o Plano Previdenciário | (949.945,17) |
| Compensação Previdenciária do Plano Previdenciário | (13.996.725,40) |
| Plano Previdenciário – Provisões de Benefícios a Conceder | 827.726.391,29 |
| Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios a conceder do Plano Previdenciário | 1.428.995.579,54 |
| Contribuições do Ente para o Plano de Previdência | (364.125.576,70) |
| Contribuições do Ativo para o Plano Previdenciário | (219.138.267,25) |
| Compensação Previdenciária do Plano previdenciário | (18.005.344,30) |
| Plano Previdenciário – Plano de Amortização | (1.325.164.247,26) |
| SALDO | 564.940.042,06 |

5.2 – Resultado Diferido

O valor de R\$. 107.967.375,19 constante da presente conta, trata-se do saldo das obrigações da autarquia em quitar as contribuições suplementares futuras, por conta do adiantamento oferecido pelo Ente Municipal através da transferência de crédito a receber do IPESP-Proc.0037985-46.2008.8.26.0576-2ª Vara FP-SJRPRETO- LC 545/2017 no valor de R\$. 155.709.275,24, tudo em conformidade com a Lei Complementar 396 de 22/11/2013, Lei Complementar nº 483 de 28/11/2015, Lei Complementar 531 de 16/03/2017 e Lei Complementar nº 566/2018

6 – PATRIMONIO

| TÍTULO | 2018 | 2017 |
|------------------------------------|-----------------|------------------|
| Patrimônio Líquido | -97.587.178,05 | 38.144.393,29 |
| Patrimônio Social e Capital Social | 0,00 | (608.740.862,62) |
| Resultados Acumulados | -97.587.178,05 | 646.885.255,91 |
| Resultado do Exercício | -135.731.571,34 | 29.232.513,16 |
| Resultado de exercícios anteriores | 38.333.152,75 | 617.841.502,21 |
| Ajustes de Exercícios Anteriores | -188.759,46 | -188.759,46 |

6.1 – Resultado do Exercício

O resultado financeiro do exercício foi deficitário em R\$.18.691.711,21, para dar fluxo aos pagamentos foi utilizada a reserva de superávits de exercícios anteriores. O resultado geral do exercício de 2018 foi deficitário em R\$.135.731.571,34, deste valor R\$.198.207.776,13 são relativos ao aumento das reservas matemáticas necessárias para cobertura do déficit atuarial, desconsiderando este valor, que é exigível no período de 30 anos, verificamos um superávit de R\$.62.476.204,79, conforme quadros abaixo:

**RESULTADO DO EXERCÍCIO**

| | |
|---|-------------------------|
| CONTRIBUIÇÕES | |
| Contribuições Sociais | <u>99.105.646,11</u> |
| TOTAL RECEITAS | 99.105.646,11 |
| DESPESAS E BENEFÍCIOS | |
| Remuneração do Pessoal Ativo | 2.020.742,42 |
| Encargos Patronais | 267.102,22 |
| Aposentadorias ;..... | 97.640.581,26 |
| Pensões | 10.692.321,77 |
| Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais | 5.370.036,78 |
| Uso de Material de Consumo | 30.378,04 |
| Serviços de Terceiros..... | 761.038,79 |
| Contribuições Previdenciárias e Federais | <u>1.015.156,04</u> |
| TOTAL DESPESAS | 117.797.357,32 |
| RESULTADO FINANCEIRO | (-)18.691.711,21 |

| | |
|--|--------------------------|
| VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS | |
| Valorização dos Investimentos | 43.402.487,54 |
| (-)Desvalorização dos Investimentos..... | 22.995.998,71 |
| Reavaliação de Imóveis em Investimentos | 20.406.488,83 |
| Compensação Financeira Entre Rgps/Rpps (COMPREV) | 7.358.582,05 |
| Outras Variações Aumentativas (Aluguel, atualiz.monetárias e outros).... | 1.665.872,00 |
| Apropriação de Contribuição Previdenciária Suplementar | 294.818,58 |
| | <u>51.467.053,91</u> |
| TOTAL VARIAÇÕES AUMENTATIVAS..... | 81.192.815,37 |
| VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS | |
| Depreciação, Amortização e Exaustão | 24.899,37 |
| Constituição de Provisões Matemáticas | 263.696.760,66 |
| (-)Reversão de Provisões Matemáticas Previdenciárias. | 65.488.984,53 |
| | <u>198.207.776,13</u> |
| TOTAL VARIAÇÕES DIMINUTIVAS..... | 198.232.675,50 |
| RESULTADO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS..... | (-)117.039.860,13 |

RESULTADO GERAL DO EXERCÍCIO .(Resultado Financeiro + Variações Patrimoniais). (-)135.731.571,34

7 - RECEITAS DE COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

As receitas são creditadas em conta bancária própria e foram aplicadas em Fundo de Investimento vinculado para utilização futura em pagamento de benefícios, de acordo como que determina o artigo 21, parágrafo único da ON SP/MPS 02/09. Em 31/12/2018 este fundo contava com saldo acumulado de R\$.19.414.110,13

8 - DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Os gastos administrativos, limitados a 2%, em 2018 representaram 0,85% do valor total das remunerações dos servidores ativos, proventos dos inativos e pensões dos segurados



vinculados ao RPPS, relativos ao exercício anterior ao examinado, conforme inciso VIII, art. 6º da Lei nº 9.717/98 e artigo 41 e seus incisos da ON SPS 02/09.

| Exercícios | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 |
|--------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| Remuneração | 342.268.190,64 | 381.763.552,76 | 418.927.217,27 | 456.870.267,98 |
| Despesas administrativas | 3.625.127,68 | 3.750.469,10 | 3.683.873,56 | 3.899.524,17 |
| Percentual | 1,06 | 0,98 | 0,88% | 0,85% |

9 - ENCARGOS SOCIAIS

Todos os encargos sociais da entidade, foram recolhidos nos respectivos vencimentos, inexistindo qualquer valor pendente de pagamento, ou pagamentos após o vencimento da obrigação.

10 - IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE

Os valores retidos na fonte, correspondente ao imposto de renda sobre vencimentos, serviços e outros, são recolhidos mensalmente aos cofres do município, atendendo normas da Constituição Federal, artigo 158;

11 – PASEP

O valor do PASEP calculado na forma da legislação vigente, é recolhido mensalmente à Secretaria da Receita Federal, sendo que todos os valores devidos foram recolhidos nos prazos fixados em lei, inexistindo qualquer tipo de pendência.

Hélio Antunes Rodrigues
Analista Contábil
CRC-SP 162.962-O/0